

CONCURSO PÚBLICO

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

CONTADOR

Candidato:	inscrição - nome do candidato		
Curso:	código - nome / turno - cidade		
Local de Prova:	nome do local de prova		
Cidade de Prova:	município de prova		
Sala de Prova:	numero	Carteira de Prova:	número

Assinatura do(a) candidato (a): _____

Observações

- 1. CADERNO DE PROVAS:** Este caderno contém a prova de **CONTADOR**, que é constituída de **TRINTA (30)** questões objetivas, distribuídas da seguinte maneira: 05 de língua portuguesa, 05 de matemática e 20 de conhecimentos específicos; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta.
2. Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as **30** questões que deve conter.
- 3. CARTÃO DE RESPOSTAS:** Verifique se as informações que constam no seu cartão resposta estão corretas. Se os dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Oportunamente, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.
- 4. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:** Verifique seus dados impressos nesta folha. Use caneta esferográfica **PRETA** para preencher **TODO** o quadrículo (a marcação indevida anula a resposta dada na questão). Entregue o cartão-resposta **ASSINADO** no local indicado. Não amasse, não dobre e não suje o cartão-resposta, sob pena do não-reconhecimento das respostas pelos equipamentos de leitura.
- 5. PERMANÊNCIA NA SALA:** É vedado sair da sala de provas antes das **15:00** horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às **17:30** horas, impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.
6. DECLARO TER RECEBIDO O CADERNO DE PROVA E O CARTÃO DE RESPOSTAS REFERENTE À INSCRIÇÃO ACIMA.

NOME DO FISCAL

ASSINATURA DO FISCAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Pai de arquiteto ferido diz que ele mandou mensagem após cirurgia

Abel Camargo, pai do arquiteto Gabriel Sepe, de 29 anos, disse ao G1 que seu filho mandou uma mensagem de voz por WhatsApp após ter passado pela cirurgia, com uma voz meio “grogue”, e afirmou que saber que o filho está bem o tranquilizou.

Gabriel foi baleado em atentado terrorista na noite desta sexta-feira (13), no restaurante Le Petit Cambodge, nas proximidades do canal Saint-Martin, em Paris, na França. Abel e Patrícia Santos, pais de Gabriel, falaram com a imprensa neste sábado no aeroporto de Guarulhos, antes de embarcarem em um voo para Paris às 18h15, pela companhia AirFrance.

O pai de Gabriel, no entanto, não sabe informar quantos tiros o filho levou. Ele só sabe dizer que um tirou perfurou o pulmão direito e o outro pegou uma perna. A mãe de Gabriel, Patrícia Santos, estava muito abalada e apenas pediu para que as pessoas rezem por seu filho e que querem encontrá-lo o mais rápido possível.

Segundo a cônsul-geral do Brasil na França, Maria Edileuza Fontenele Reis, a informação oficial é de que Gabriel levou três tiros nas costas. O pior ataque da história francesa deixou 128 mortos e 250 feridos.

Arquiteto de Rio Claro

Gabriel nasceu em Rio Claro e se mudou para São Paulo ainda criança. A família da mãe dele vive em São Carlos. Ele embarcou no domingo (8) e foi neste dia que a família fez o último contato pela internet. O arquiteto faria a apresentação de um trabalho e ficaria na capital francesa até o fim do mês. Segundo a tia, que vive em São Carlos, ele jantava com amigos quando terroristas invadiram o restaurante. Uma estudante brasileira, amiga dele, também ficou ferida.

“Ele foi apresentar um trabalho e ele estava em uma confraternização, comemoração no restaurante, e entraram atirando aleatoriamente, acertaram três tiros nas costas dele”, contou Liege. A família ficou sabendo da notícia durante a noite. “Foi por volta das 21h, a minha cunhada ligou dizendo que ele tinha sido baleado e que ele estava indo para o hospital”.

Ainda segundo a tia, ele foi levado para o hospital e passou por uma cirurgia. “Ele teve uma hemorragia intensa e precisou fazer uma transfusão de sangue. Agora ele está em observação. A última notícia que eu tive agora de manhã é de que ele está estável. A gente acredita, tem muita fé que ele vai passar por isso que ele vai voltar para cá. Temos que rezar muito, pedir muito para ele se recuperar e vir embora o quanto antes para cá”, afirmou a tia.

“Os pais conseguiram uma passagem para Paris, às 18h, e espero que eles consigam ir, que não cancelem o voo e que eles consigam chegar lá para ver o filho”, destacou.

Atentados

O grupo radical Estado Islâmico reivindicou neste sábado (14) a responsabilidade por ataques que mataram mais de 120 pessoas em Paris. É o pior ataque à França na história recente.

Explosões perto do Stade de France na noite desta sexta, durante um jogo entre as seleções da França e Alemanha, e três tiroteios espalhados pela capital francesa deixaram ao menos 120 mortos e dezenas de feridos, segundo a polícia parisiense.

O Itamaraty divulgou nota na qual informa que o governo brasileiro manifesta “sua profunda consternação pela série de bárbaros atentados” ocorridos na noite desta sexta.

“Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua plena solidariedade ao povo francês e ao Governo da França, o Brasil condena os ataques nos mais fortes termos e reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo, qualquer que seja sua motivação”, diz o texto da nota.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/pai-de-arquiteto-ferido-diz-que-ela-mandou-mensagem-apos-cirurgia.html> - Luiza Tenente, do G1, em São Paulo 14/11/2015, 15h39 – texto adaptado.

1. Com uma voz meio “grogue”. O adjetivo de dois gêneros pode ser substituído sem alterar o sentido proposto pelo texto apenas por

A.	meio parva.
B.	meio tonta.
C.	meio agitada.
D.	meio elétrica.
E.	meio entediada.

2. Em *O grupo radical Estado Islâmico reivindicou ...* “reivindicou”, no texto, pode ser substituído sem alterar o sentido por

A.	tentou.
B.	reuniu.
C.	assumiu.
D.	implorou.
E.	completou.

3. *O pai de Gabriel, no entanto, não sabe informar quantos tiros o filho levou.* A conjunção NÃO pode ser substituída apenas por

A.	porém.
B.	todavia.
C.	contudo.
D.	quando.
E.	entretanto.

4. Em: *A gente acredita, tem muita fé que ele vai passar por isso que ele vai voltar para cá.* “A gente acredita”, “vai passar por isso” e “voltar pra cá”, podem significar, respectivamente,

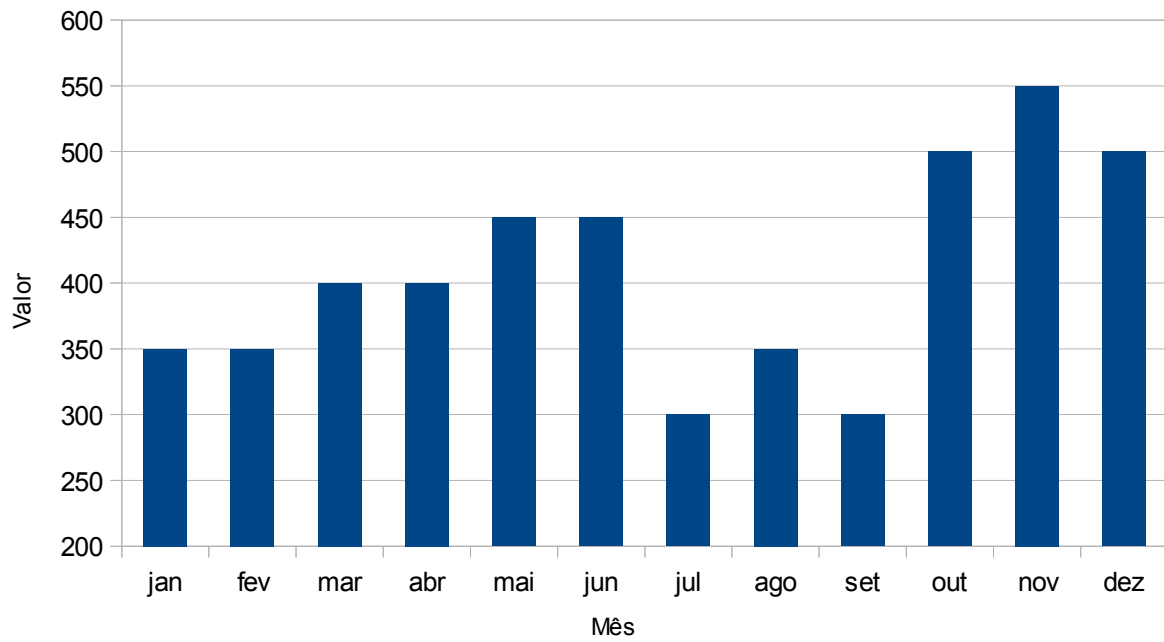
A.	a família, sobreviver, Brasil.
B.	a tia, fazer a passagem, São Paulo.
C.	todos nós, ser aprovado, Rio Claro.
D.	os pais de Gabriel, se recuperar, Paris.
E.	os brasileiros, sair do hospital, casa da tia.

5. O texto faz referência à nota divulgada pelo Itamaraty, que é:

A.	Um profissional que trabalha no Ministério da Defesa e é o responsável pelas notas oficiais do governo brasileiro.
B.	Um profissional que trabalha no Ministério da Igualdade Racial e é o responsável pelas notas oficiais do governo brasileiro.
C.	Um órgão governamental dentro do poder Legislativo, que é oficialmente conhecido como o Ministério das Relações Exteriores.
D.	Um órgão governamental dentro do poder Judiciário, que é oficialmente conhecido como o Ministério das Relações Exteriores.
E.	Um órgão governamental dentro do poder Executivo, que é oficialmente conhecido como o Ministério das Relações Exteriores.

MATEMÁTICA

6. O gráfico abaixo apresenta os gastos mensais (em R\$), de determinada família, com saúde. Com base nas informações do gráfico, é correto afirmar que



- | | |
|----|--|
| A. | a moda foi R\$ 350,00. |
| B. | a média foi R\$ 550,00. |
| C. | o menor valor gasto foi R\$ 200,00. |
| D. | o maior valor gasto foi R\$ 500,00. |
| E. | o valor gasto em julho foi igual ao gasto em agosto. |

CONTADOR

11. A diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculados, apura o/a

A.	excesso de arrecadação.
B.	dotação orçamentária.
C.	superávit financeiro.
D.	reserva de contingência.
E.	lucro líquido.

12. Uma das fontes de recurso para sustentar os créditos adicionais previsto na lei de finanças Públicas (Lei nº 4.320/1964) é o excesso de arrecadação, a sua apuração é dado pelo

A.	saldo positivo das diferenças acumuladas ano a ano entre a arrecadação realizada e a prevista, considerando-se, ainda, a execução orçamentária.
B.	saldo positivo apurado na demonstração das variações patrimoniais.
C.	saldo da diferença entre ativo e passivo do balanço orçamentário, considerando ainda as operações de crédito.
D.	saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
E.	saldo positivo apurado na Demonstração do Fluxo de Caixa.

13. O prefeito do Município Boa Gestão, apresentou a execução orçamentária e financeira da despesa pública, conforme a seguir:

- Despesas Liquidadas em 2013 – R\$ 25.900,00.
- Despesas Pagas em 2013 – R\$ 22.500,00.
- Despesas Empenhadas em 2013 - R\$ 31.100,00.

Quando do encerramento do exercício de 2013, o valor correspondente aos restos a pagar não processados, é de

A.	R\$ 8.600,00.
B.	R\$ 5.300,00.
C.	R\$ 3.400,00.
D.	R\$ 5.200,00.
E.	R\$ 3.700,00.

14. Assinale a alternativa que melhor identifica a relação da aplicabilidade de receita de capital e despesas correntes para preservação do patrimônio público previsto na Lei nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal).

A.	A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aplicação da receita orçamentária derivada de depósitos judiciais que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada para pagamento de manutenção de equipamentos.
B.	A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
C.	A Lei de Responsabilidade Fiscal autoriza a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos
D.	A Lei de Responsabilidade Fiscal Faculta a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
E.	A Lei de Responsabilidade Fiscal Faculta a aplicação da receita corrente líquida derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

15. Considere-se hipoteticamente um Auditor do Tribunal de contas do Estado do Paraná (TCE-PR), e de prontidão foi acionado para auditar as contas que envolve o limite de gastos com pessoal de determinado período do Município Boa gestão, e inicialmente solicitou informações orçamentárias (abaixo) para cálculo do limite geral com gastos com pessoal previsto na Lei de responsabilidade fiscal, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	VALORES em R\$
Despesas com pessoal	1.000.000,00
Despesas de capital	8.500.000,00
Receita Agropecuária	589.000,00
Outras receitas de Capital	659.458,00
Receitas de Serviços	650.031,00
Despesas Correntes	531.000,00
Receitas de Contribuições	5.000.063,00
Receitas Industriais	4.587.569,00
Receitas de alienação de imóveis	6.000.000,00
Contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de Previdência e Assistência Social	4.750.000,00
Transferências correntes recebidas da União	658.000,00
Outras Receitas Correntes	1.500.000,00
Receita de operações de crédito	500.000,00

Com base nas informações orçamentárias descritas, o valor do limite geral para gastos com pessoal do Município Boa Gestão nesse determinado período é de

A.	R\$ 4.946.454,00.
B.	R\$ 4.550.779,20.
C.	R\$ 4.587.397,80.
D.	R\$ 4.940.797,80.
E.	R\$ 4.197.379,20.

16. Com base na norma brasileira de contabilidade NBC T 16.8, a classificação das categorias do controle interno são:

A.	Operacional, Contábil e Normativo.
B.	Operacional, Financeiro e Normativo.
C.	Operacional, Contábil e Patrimonial.
D.	Operacional, Tributário e Normativo.
E.	Operacional, Contábil e Custos.

17. Marque a alternativa correta em relação aos créditos orçamentários adicionais:

A.	A lei nº4.320/1964 não prevê qualquer possibilidade para abrir créditos adicionais no orçamento.
B.	A lei nº 4.320/1964 veda a abertura de crédito adicional para reforçar dotação orçamentária já existente.
C.	A lei nº 4.320/1964 autoriza o poder executivo abrir crédito adicional suplementar e especial sem a prévia aprovação do poder legislativo.
D.	A lei nº 4.320/1964 autoriza o chefe do poder executivo abrir crédito adicional suplementar e especial sem indicar a fonte de recursos disponível.
E.	A lei nº 4.320/1964 prevê que o poder executivo pode abrir crédito adicional extraordinário sem a prévia aprovação do poder legislativo.

18. Assinale a alternativa correta em relação aos princípios básicos da administração pública brasileira, definidos no Art. 37 da Constituição Brasileira de 1988:	
A.	Os Prefeitos poderão regulamentar em lei própria os princípios da administração pública municipal.
B.	Os princípios elencados no Art. 37 (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), não se aplicam aos Municípios.
C.	Os Poderes em nível Municipal, igualmente aos da União, dos Estados e do Distrito Federal estão sujeitos a obediência dos princípios da administração pública direta e indireta (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) definidos no Art. 37 da constituição federal de 1988.
D.	Somente a administração pública direta está sujeita a observância dos princípios constante no Art. 37 (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) da constituição federal de 1988.
E.	Somente a administração pública indireta está sujeita a observância dos princípios constante no Art. 37 (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) da constituição federal de 1988.

19. Assinale a alternativa correta em relação a norma para licitações e contratos da administração pública definidas pela Lei nº 8.666/1993:	
A.	A Lei nº 8.666/1993, prevê as seguintes modalidades de licitação: Maior lance ou oferta, concorrência, melhor técnica e técnica e preço.
B.	A Lei nº 8.666/1993, veda a modalidade de licitação concorrência para contratação de serviços de engenharia acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
C.	A Lei nº 8.666/1993, não se aplica aos municípios, pelo fato que possuem faculdade para editar legislação própria para normas de licitações e contratos administrativos.
D.	A Lei nº 8.666/1993, prevê que além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estão subordinadas a observância das normas de licitação.
E.	A Lei nº 8.666/1993 veda a contratação de serviços ou compra de produtos de empresas estrangeiras.

20. O município Boa Gestão durante o exercício financeiro, necessitou abrir um crédito adicional no orçamento para atender uma nova dotação que não estava prevista nas leis orçamentárias, ou seja, surgiu uma demanda da sociedade que não estava prevista em sua programação orçamentária inicial. Diante do exposto e em observância a Lei nº 4.320/1964 o município deve se valer de	
A.	Crédito Adicional impositivo.
B.	Crédito Adicional especial.
C.	Crédito Adicional Legislativo.
D.	Crédito Adicional suplementar.
E.	Crédito Adicional extraordinário.

21. Quanto à categoria econômica, a Receita pública é classificada em:	
A.	Receitas Orçamentária e Receitas Extra orçamentária.
B.	Receitas Tributária e Receitas Orçamentária.
C.	Receita Corrente Líquida e Receitas Patrimonial.
D.	Receitas de Impostos e Receitas de Contribuições.
E.	Receitas Correntes e Receitas de Capital.

22. Assinale a alternativa que melhor identifica as receitas de capital previstas na Lei nº 4.320/1964:

A.	Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de empréstimos, Transferências de capital e outras receita de capital.
B.	Operações de Crédito, Alienação de Bens, receita patrimonial, Transferências de capital e outras receita de capital.
C.	Operações de Crédito, Receita Agropecuária, Amortização de empréstimos, Transferências de capital e outras receita de capital.
D.	Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de empréstimos, Receita de contribuições e outras receita de capital.
E.	Operações de Crédito, Receita industrial, Alienação de Bens, Amortização de empréstimos e Transferências de capital.

23. A prefeitura do município Boa Gestão, necessita do valor da receita corrente líquida para apurar seus limites com gastos de pessoal e apresentou as seguintes informações orçamentárias em determinado período:

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$
Receita de Capital	890.000,00
Receita com vendas de ativos	580.000,00
Receita Agropecuária	154.500,00
Contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de Previdência e Assistência Social	520.690,00
Receitas Tributárias	650.650,00
Receita de contribuições	190.000,00
Despesas correntes	155.000,00
Outras receitas correntes	164.000,00

Diante dos numerários orçamentários acima expostos, o valor correspondente a Receita Corrente Líquida é de

A.	R\$ 483.460,00.
B.	R\$ 1.373.460,00.
C.	R\$ 638.460,00.
D.	R\$ 1.528.460,00.
E.	R\$ 2.049.150,00.

24. No mês de Maio de x1, devido o clamor popular pela construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), o prefeito do Município Boa Gestão verificou que a referida demanda não estava prevista nas leis orçamentárias, para tanto, é necessário alterações no Plano Plurianual, Lei de diretrizes orçamentária e Lei Orçamentária Anual, por meio de créditos adicionais. Os créditos adicionais necessitam de fontes de recursos para fazer cobertura, nesse sentido o prefeito consultou o departamento de gestão orçamentária, que apresentou as seguintes informações:

- De uma receita prevista de determinada fonte, até o mês de maio de x1/ de 45,00 já se tinha arrecadados 108,00, mas estimou-se (tendência do exercício) que no restante do exercício deixariam de ser arrecadados 15,00;

- Já havia sido aberto um crédito extraordinário de 18,00;

- O ativo financeiro (AF) no balanço patrimonial do exercício anterior era de R\$ 120,00, e o passivo financeiro (PF) de R\$ 75,00;

- Foi apurado operações de créditos vinculados no valor de R\$ 78,00;

- Foi reaberto um crédito especial de R\$ 30,00, autorizado no exercício anterior.

Diante das informações, o saldo disponível que o Município pode utilizar para abrir o crédito adicional é de

A.	R\$ 130,00.
B.	R\$ 198,00.
C.	R\$ 93,00.
D.	R\$ 123,00.
E.	R\$ 200,00.

25. A repartição do limite global com gastos de pessoal na esfera municipal para os poderes (Legislativo e Executivo), assim definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), são, respectivamente,

A.	4% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município quando houver, e 56% para o Executivo.
B.	6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município quando houver, e 54% para o Executivo.
C.	6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado quando houver, e 44% para o Executivo.
D.	6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município quando houver, e 64% para o Executivo.
E.	6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município quando houver, e 74% para o Executivo.

26. Quando ocorre construção de obras públicas, de acordo com a Lei nº 4.320 /1964 essa operação é considerada investimento e especificada como

A.	custos totais não orçamentários.
B.	despesas correntes.
C.	receitas correntes.
D.	receitas de capital.
E.	despesas de capital.

27. Com fulcro na Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.2, o sistema contábil que controla e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público está estruturado nos seguintes subsistemas de informações:

A.	Orçamentário, Financeiro, Custos e Compensação.
B.	Orçamentário, Financeiro, Tributário e Compensação.
C.	Orçamentário, Patrimonial, Tributário e Compensação
D.	Orçamentário, Patrimonial, Custos e Compensação.
E.	Orçamentário, Patrimonial, Custos e Controle Interno.

28. A Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.6 define para o campo da contabilidade aplicada ao setor público as seguintes demonstrações:

A.	Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.
B.	Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração da Origem e aplicação dos Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.
C.	Balanço Patrimonial, Balanço Tributário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.
D.	Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Fiscal, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.
E.	Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.

29. A entrega de numerários financeiros por agentes arrecadadores ao tesouro público em obediência ao princípio orçamentário unidade de caixa, corresponde ao estágio da receita Pública:

A.	Previsão.
B.	Arrecadação.
C.	Recolhimento.
D.	Liquidação.
E.	Lançamento.

30. Em relação ao alcance da norma brasileira de contabilidade NBC T 16.11 que trata do Subsistema de informação de custos do Setor Público (SICSP), assinale a alternativa correta.

A.	O SICSP é obrigatório somente nos órgãos públicos da esfera Federal.
B.	O SICSP é obrigatório em todas as entidades do setor público, exceto nos órgãos da esfera Municipal.
C.	O SICSP é obrigatório em todas as entidades do setor público.
D.	O SICSP é obrigatório em todas as entidades do setor público, exceto nos órgãos da esfera Estadual.
E.	O SICSP é obrigatório somente nos órgãos públicos da esfera Federal e Estadual.

7. O quadro abaixo apresenta dados sobre o investimento que determinada prefeitura fez em educação em 2014. Com base nas informações do quadro, é correto afirmar que o investimento médio foi

Mês	Valor (em R\$)
Janeiro	100.000,00
Fevereiro	100.000,00
Março	100.000,00
Abril	150.000,00
Maio	150.000,00
Junho	150.000,00
Julho	100.000,00
Agosto	180.000,00
Setembro	150.000,00
Outubro	150.000,00
Novembro	100.000,00
Dezembro	100.000,00

A.	100.000,00.
B.	125.000,00.
C.	127.500,00.
D.	135.500,00.
E.	145.000,00.

8. Determinada empresa gasta 32,4 % do que arrecada com a folha de pagamento, outros 43,9 % são gastos com matéria-prima e outras despesas. O restante é o lucro da empresa. Assim é correto afirmar que o lucro da empresa (em relação ao que arrecada) é

A.	23,7 %.
B.	32,4 %.
C.	43,9 %.

D.	76,3 %.
E.	82,1 %.

9. O plano de carreira de determinada empresa prevê aumento no salário de cada funcionário após cada ano de serviço completado na empresa. Este aumento é de 10 % em relação ao salário do ano anterior. Assim é correto afirmar que um funcionário que recebe R\$ 1.000,00 por mês, durante o primeiro ano, receberá (por mês) no terceiro ano na empresa

A.	R\$ 1.200,00.
B.	R\$ 1.210,00.
C.	R\$ 1.300,00.
D.	R\$ 1.320,00.
E.	R\$ 3.000,00.

10. José, Carlos e Paulo são sócios em uma empresa que presta serviços de pintura. Cada um deles é especializado em um tipo de pintura e por este motivo cobram valores diferentes um do outro para executar um serviço. O quadro abaixo mostra a quantidade que cada um deles pintou e também qual foi o lucro em três semanas. Com base nas informações do quadro, é correto afirmar que os valores (em R\$) cobrados por metro quadrado por José, Carlos e Paulo foram, respectivamente,

Período	José	Carlos	Paulo	Lucro da Semana
1ª Semana	120	80	60	2.300
2ª Semana	100	60	50	1.850
3ª Semana	150	50	40	1.850

A.	4, 9 e 14.
B.	6, 11 e 14.
C.	10, 10 e 14.
D.	5, 10 e 15.
E.	7, 8 e 13.